

CENTRO DE OBTENCAO DA MARINHA/RJ

Estudo Técnico Preliminar 108/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63342010113202529

2. MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE SAÚDE DA MARINHA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

APÊNDICE II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 108/2025

2.1. O presente estudo técnico preliminar se faz imprescindível em virtude da necessidade de abertura de licitação pública para registro de preços de Equipamentos de Saúde, da Relação de Material de Saúde (RMS) nº 6, nas quantidades constantes no Adendo A deste documento.

2.2. O certame em tela objetiva, ainda, manter o Sistema de Saúde da Marinha (SSM) operando com níveis otimizados de funcionalidade, desde organizações hospitalares até os meios operativos empregados em atividades de caráter humanitário, apoio em desastres naturais, operações de paz e outras atividades a Força.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Saúde da Marinha (DSM)	LAÍSLA ALVES MOURA
Diretoria de Saúde da Marinha (DSM)	Marcos Felipe Marques Pinheiro

4. Descrição da necessidade

4.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1 A abertura de licitação para registro de preços destinada à aquisição de equipamentos e materiais permanentes de saúde integrantes da Relação de Material de Saúde nº 6 (RMS-6), conforme detalhamento do Adendo A, fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade, a segurança e a suficiência da capacidade assistencial do Sistema de Saúde da Marinha, abrangendo as Organizações Militares Hospitalares (OMH), as Organizações Militares com Facilidades Médicas (OMFM) e os Meios Operativos Navais em atividade, bem como aqueles em fase de incorporação. Trata-se de provimento diretamente associado ao cumprimento das atividades-fim, uma vez que a assistência à saúde, no âmbito naval, sustenta a prontidão do pessoal, a preservação da força de trabalho e a capacidade de emprego em ações assistenciais, humanitárias, de resposta a desastres, operações de paz e demais missões institucionais.

4.2 Os itens constantes do Adendo A não resultam da consolidação técnica de necessidades específicas, orientada por parâmetros objetivos: (i) parque instalado e inventário dos equipamentos em uso nas OM de saúde e nos meios operativos, (ii) vida útil e depreciação técnica, (iii) obsolescência tecnológica e indisponibilidades recorrentes, (iv) requisitos mínimos de capacidade instalada para execução de atendimentos, diagnósticos, terapias e suporte à vida, (v) conformidade regulatória e segurança do paciente, e (vi) padronização e compatibilidade com infraestrutura, consumíveis, acessórios e rotinas de manutenção. Assim, cada item do Adendo A atende a uma necessidade assistencial identificável, vinculada à manutenção e ao restabelecimento da capacidade operacional do serviço de saúde.

4.3 Os quantitativos estimados decorrem de planejamento orientado por vida útil, capacidade instalada e necessidade de reposição tempestiva. Considerando o uso contínuo e o desgaste natural, a previsão busca evitar descontinuidade de atendimento e a consequente interrupção de serviços essenciais, especialmente em contextos de pronto emprego e de apoio a operações. A indisponibilidade de equipamentos permanentes, por falhas ou obsolescência, impacta diretamente a assistência e pode comprometer procedimentos diagnósticos e terapêuticos, bem como a prontidão sanitária em meios navais. Por isso, a reposição e a modernização devem ser planejadas com antecedência, permitindo recomposição rápida do parque e preservação da continuidade assistencial.

4.4 A opção pelo registro de preços é tecnicamente adequada para essa categoria de bens, pois permite contratações sob demanda ao longo da vigência da ata, garantindo agilidade na recomposição em caso de falhas, condenação de equipamentos, aumento de demanda assistencial, ativação de facilidades médicas ou incorporação de novos meios. Tal sistemática favorece a economicidade, ao evitar aquisições emergenciais e contratações fragmentadas, e reforça a previsibilidade operacional, ao manter instrumento pronto para atendimento de necessidades supervenientes sem ruptura de abastecimento.

4.5 Dessa forma, a contratação fundamenta-se na necessidade concreta de prover, manter e modernizar os equipamentos e materiais permanentes indispensáveis ao funcionamento regular e seguro do Sistema de Saúde da Marinha, com itens, especificações e estimativas expressamente delimitados na RMS-6 (Adendo A), assegurando a continuidade das atividades assistenciais e a sustentação da capacidade operacional exigida das Organizações Militares de Saúde e dos Meios Operativos Navais.

4.6. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Caso a validade da ARP venha a ser prorrogada, as quantidades originais permanecerão inalteradas.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Especificações técnicas e prazo de entrega

5.1. Os materiais a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e seus Apêndices.

5.2. A entrega dos materiais a serem adquiridos será realizada, até o limite das quantidades constantes no Adendo A, em conformidade com as características descritas no Adendo B, e nos locais indicados no Adendo F deste Estudo Técnico Preliminar.

5.3. O prazo de entrega dos materiais/ equipamentos será de até **30 (trinta) dias**, contado a partir da data do aceite da nota de empenho, ordem de compra ou similar pelo fornecedor.

5.3.1. Caso a marca do material ou do equipamento seja de origem estrangeira, o seu prazo de entrega poderá ser estendido em **até 60 (sessenta) dias adicionais**, desde que a contratada comprove documentalmente a impossibilidade de concluir o processo de importação dentro do prazo de entrega inicial de 30 (trinta) dias e desde que tal extensão do prazo seja, ainda, formalmente autorizada pela contratante.

5.3.2. A autorização para extensão do prazo de entrega prevista no item 5.3.1 somente será admitida e analisada se recebida pela contratante antes do término do prazo de entrega inicial de 30 (trinta) dias.

A catalogação no Sistema de Abastecimento da Marinha (SAbM)

5.4. As especificações dos itens foram submetidas ao Sistema de Catalogação da Marinha do Brasil (SCMB). A Agência de Catalogação afeta aos materiais de Saúde, Símbolo de Jurisdição "L", é a Diretoria de Saúde da Marinha (DSM). Na Marinha do Brasil, a catalogação compreende a simbolização do material e a organização, confecção, publicação, distribuição, regulamentação do manuseio e permanente atualização do CATÁLOGO DA MARINHA. A Catalogação tem como propósitos classificar e atribuir símbolos aos itens de material e estabelecer uma linguagem única de material entre os elementos envolvidos no processo de Abastecimento, empregando métodos padronizados para identificação, classificação e atribuição de símbolos, e divulgando-os através de publicações específicas. O SCMB é apoiado pelo Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento (SINGRA), que é um sistema computacional.

5.4.1. A Jurisdição do Material é estabelecida pela Diretoria Geral do Material da Marinha - DGMM, em coordenação com a Secretaria Geral da Marinha - SGM, definindo, para cada item de material, o conjunto de Órgãos responsáveis pelo seu Abastecimento (Órgão de Direção Técnica, Órgão de Direção Gerencial, Órgão Técnico, Órgão de Controle e Órgão de Distribuição). Essa Jurisdição do Material é definida por um código alfabético, denominado "Símbolo de Jurisdição" (SJ), o qual, associado ao Número de Estoque, permite agrupar materiais em função de sua natureza ou aplicação específica.

5.4.2. O SJ é atribuído a cada item de material pelos Órgãos Técnicos, por ocasião da introdução do item no Sistema de Abastecimento da Marinha - SAbM e é divulgado pela Diretoria de Abastecimento da Marinha - DAbM, através de catálogos ou documentos específicos.

5.4.3. As Agências de Catalogação são os Órgãos do SCMB responsáveis pela correta e oportuna coleta dos dados sobre o material a ser introduzido no serviço da Marinha. Os Órgãos Técnicos do SAbM, que executam a "Atividade Técnica da Catalogação", são denominados AgCat. Às AgCat compete:

- a) efetuar a coleta e a manutenção dos dados necessários à Catalogação e ao desempenho das demais funções e atividades de Apoio Logístico pertinente;
- b) escolher o Método de Identificação adequado ao material que estiver sendo catalogado, dando preferência ao método descritivo, considerando a conveniência de concorrer para a padronização e a nacionalização do material em uso na MB e, também, nas demais FA;
- c) identificar e classificar o material sob sua jurisdição;
- d) compilar os dados técnicos, proceder à identificação e classificação do item de suprimento de sua jurisdição;
- e) enquadrar no SJ adequado os itens de suprimento sob sua responsabilidade específica, observadas as normas baixadas pela DGMM;
- f) indicar a aplicação, a substituição e a intercambialidade dos itens de suprimento sob sua jurisdição;
- g) manter um processo permanente de revisão dos itens de suprimento de seus já catalogados, a fim de eliminar os desnecessários, corrigir os dados cadastrados e minimizar a probabilidade de existência de duplicidade de Número de Estoque (NE) para itens de suprimento iguais;
- h) definir os dados de previsão, relativos ao exercício da Determinação Técnica de Necessidades, utilizando-se do SCMB para a sua integração, racionalização e divulgação; e
- i) cumprir as normas e procedimentos relativos à operacionalização da Catalogação no SINGRA.

5.4.4. Demais informações sobre o Sistema de Abastecimento encontram-se na Nota Explicativa sobre Organização do Sistema de Abastecimento da Marinha, conforme Adendo G.

Exigência de amostra

5.5. Considerando as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu o novo marco legal das licitações e contratos administrativos, bem como a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022, que regulamenta aspectos específicos do processo licitatório, destaca-se a importância da possibilidade de exigência de amostra, exame de conformidade e prova de conceito conforme previsto no artigo 17, §3º, artigo 41, inciso II, e artigo 42, §2º, da referida lei, assim como no artigo 29, §1º, da mencionada Instrução Normativa.

5.5.1. A exigência de amostra é excepcional e, para atendimento do objeto deste Pregão, trata-se de uma ferramenta essencial para assegurar que os produtos ofertados pelos licitantes atendam plenamente às especificações técnicas e requisitos de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.5.2. O insucesso em contratações pode justificar essa previsão, especialmente quando há itens de baixa qualidade que, embora possuam descrição técnica semelhante à de objetos de boa qualidade, não funcionam conforme o esperado. O julgamento pelo menor preço pode atrair o fornecimento de bens de pouca qualidade, sendo necessário que a Administração adote cautelas para não adquirir material que não atenda às necessidades da Força e, mais importante, evitar repetidamente contratar nessas condições.

Garantia da contratação.

5.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 a 102 da Lei nº 14.133, de 2021.

Garantia de funcionamento.

5.7. Considerando a complexidade técnica, a natureza especializada e a relevância operacional dos materiais e equipamentos de saúde a serem adquiridos, verifica-se a necessidade de estabelecer requisitos mínimos de garantia de funcionamento, manutenção e assistência técnica, de forma a assegurar a adequada utilização dos bens durante seu ciclo inicial de operação.

5.8. Equipamentos dessa natureza possuem componentes eletrônicos, mecânicos e tecnológicos sensíveis, cuja correta operação depende de condições adequadas de instalação, utilização e manutenção. Eventuais falhas de funcionamento podem comprometer a continuidade das atividades de apoio à saúde e às operações administrativas, tornando imprescindível a adoção de medidas que assegurem maior confiabilidade, disponibilidade e durabilidade dos equipamentos.

5.9. Nesse contexto, será exigida da contratada garantia mínima de funcionamento de 12 (doze) meses para os equipamentos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, caso este seja superior, ressalvada a hipótese de os Requisitos Mínimos Necessários estabelecerem prazo superior. Tal exigência busca assegurar que eventuais defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou inconsistências técnicas sejam prontamente solucionados pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

5.10. Adicionalmente, considerando as características técnicas dos equipamentos e a necessidade de manter sua disponibilidade operacional, mostra-se necessária a exigência de manutenção e assistência técnica especializada, a ser prestada por profissionais qualificados e habilitados para atuar nos equipamentos fornecidos.

5.11. Para garantir maior eficiência no atendimento e reduzir o tempo de indisponibilidade dos equipamentos, estabelece-se que os serviços de manutenção e assistência técnica deverão ser prestados mediante deslocamento de técnico especializado até o local de instalação do equipamento ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços situada em distância compatível com as necessidades da Administração. Essa exigência visa assegurar maior celeridade na solução de eventuais falhas, evitando prejuízos decorrentes de paralisações prolongadas e contribuindo para a continuidade das atividades institucionais.

5.12. Dessa forma, a exigência de garantia, manutenção e assistência técnica especializada encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e gestão do ciclo de vida do objeto, previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a adequada aplicação dos recursos públicos e para a obtenção de bens que atendam plenamente às necessidades da Administração.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Tendo como base a promoção da livre concorrência, comprovada após um amplo levantamento de mercado, como também as contratações anteriores da MB e de outros Órgãos, aliado ao fato dos materiais a serem contratados se tratarem de bens considerados comuns, a contratação deverá ser realizada na modalidade de licitação Pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, utilizando a sistemática do Registro de Preços.

6.2. Da Análise:

6.2.1. Solução 1: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços

De modo geral, a aquisição de itens por meio de processo licitatório gera ganho econômico à Administração Pública. Em se tratando da modalidade pregão eletrônico, esta prevê a ampla divulgação da licitação, proporcionando aos interessados a oportunidade de participarem da disputa. Além disso, acerca dos valores a serem pagos, a ampla concorrência e a disputa de lances promovida no pregão eletrônico visa a obtenção da melhor oferta.

Por fim, a utilização do Sistema de Registro de Preços pressupõe que o licitante vencedor assumirá o compromisso de manter o preço inalterado por um período pré-estabelecido, de acordo com as condições e quantidade estabelecidas no Edital, e a Administração pode adquirir os itens de forma parcelada de acordo com a sua demanda durante todo o período de vigência das atas de registro de preços.

Nesse sentido, a opção de aquisição dos itens por meio de Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços seria a opção mais vantajosa à Administração;

6.2.2. Solução 2: Adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão

Tal solução é prevista no § 2º, Art. 86 da Lei 14.133/2021:

"§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade do serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor."

6.2.3. A Equipe de Planejamento não encontrou Intenção de Registro de Preços vigentes que contivessem os itens em estudo, nas especificações requisitadas pela Organização Militar demandante Diretoria de Saúde da Marinha - DSM), muito menos organizadas em grupos/lotas que fossem compatíveis com as especificações apresentadas.

6.3. O emprego do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra respaldo nos incisos I, III e V do art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, mormente, por conta das seguintes razões:

a) Inciso I: O processo estabelecido para aquisição de material permanente de saúde exige a possibilidade de contratações frequentes e também visa a atender às demandas de mais de um Órgão da MB.

b) Inciso III: A presente Licitação está sendo conduzida para o atendimento da demanda de dezenove UASG Participantes;

c) Inciso V: A natureza do objeto, não possibilita definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Organizações Militares participantes.

6.4 No âmbito do levantamento de mercado, foi analisada a possibilidade de atendimento da demanda por meio da locação de equipamentos, nos termos do art. 44 da Lei nº 14.133. Contudo, verificou-se que tal alternativa não se mostra mais vantajosa para a Administração, considerando que os equipamentos em questão são utilizados de forma contínua nas atividades assistenciais do Sistema de Saúde da Marinha, o que tornaria o custo acumulado da locação superior ao da aquisição ao longo do tempo.

6.4.1 Além disso, a necessidade de disponibilidade permanente dos equipamentos, bem como as particularidades operacionais das Organizações Militares de Saúde e dos meios operativos navais, demandam maior autonomia administrativa e estabilidade na utilização dos bens. Nesse contexto, a aquisição mostra-se solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo continuidade do serviço assistencial, padronização do parque tecnológico e melhor gestão do ciclo de vida dos equipamentos.

6.5. Ressalta-se que os itens licitados são usados regularmente e, devido às suas características, não convém que sejam estocados em grande quantidade ou por longo período de tempo. Nestes casos, a adoção do SRP mostra-se a escolha mais acertada, tanto por trazer para o Órgão o benefício da economia de escala, como por possibilitar um gerenciamento mais eficiente dos estoques, dentre outras vantagens.

6.6. Como característica do SRP, está a não obrigatoriedade de contratação das quantidades (estimadas) ora licitadas, visto que as solicitações de fornecimento atenderão às necessidades diretas e tempestivas das Organizações Militares Hospitalares (OMH) e das Organizações Militares com Facilidades Médicas (OMFM) participantes do Registro de Preços, conforme detalhadas no Adendo F deste ETP.

6.7. Em razão de limitações na capacidade de gerenciamento, este Órgão não permitirá adesão de órgãos não participantes.

6.8. Em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista relativa estabilidade nas relações dos itens demandados a cada ciclo, as Atas de Registro de Preços a serem confeccionadas deverão prever a possibilidade de renovação por 1 (um) ano, além da validade inicial, podendo permanecer válidos, caso julgado pertinente, pelo período total de até 2 (dois) anos, desde que sejam preservadas as condições de vantajosidade para a Administração.

6.9. Caso a validade da ARP venha a ser renovada por 1 ano, as quantidades originais permanecerão inalteradas.

Soluções de mercado que atendem os requisitos especificados

6.10. O Adendo D deste Estudo contém os fornecedores/marcas, cujos produtos, em processos anteriores, atenderam de forma satisfatória à demanda ou fizeram parte da relação de referência para outras contratações públicas. Tal indicação não determina que as marcas referenciadas venham a ser necessariamente adjudicadas ou homologadas, entretanto, servem como um demonstrativo de conformidade de desempenho e qualidade do objeto pretendido.

Análise da Participação de Pessoas Físicas na Contratação

6.11 Em atenção ao disposto no art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, foi analisada a possibilidade de participação de pessoas físicas na presente contratação. Contudo, considerando a natureza do objeto — aquisição de equipamentos e materiais permanentes de saúde — verifica-se que o fornecimento demanda estrutura mínima de operação, capacidade logística, garantia técnica e eventual assistência pós-venda, requisitos que, em regra, são compatíveis com fornecedores organizados sob a forma de pessoa jurídica.

6.12 Entretanto, caso haja a participação de pessoa física e, após o devido diligenciamento por parte da Administração, reste comprovado o atendimento integral às exigências técnicas, econômico-financeiras e logísticas necessárias à execução do objeto, sua proposta poderá ser aceita em caráter excepcional, desde que demonstrada a plena capacidade de cumprimento das obrigações contratuais e observadas as demais condições estabelecidas no processo licitatório.

Fundamentação para a Não Exigência de Garantia da Contratação

6.13 Após análise das características do objeto e dos riscos envolvidos na execução contratual, conclui-se que não se mostra necessária a exigência de garantia contratual na presente contratação. O objeto consiste no fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de saúde padronizados, amplamente disponíveis no mercado e fornecidos regularmente por diversos fabricantes e distribuidores, não envolvendo execução de atividades complexas, etapas de implantação ou obrigações de elevada criticidade que justifiquem a adoção de garantia adicional.

6.14 Adicionalmente, trata-se de contratação de fornecimento de bens, cuja execução se concretiza mediante a entrega do objeto conforme as especificações estabelecidas, permitindo à Administração verificar a conformidade dos produtos no momento do recebimento. Eventuais riscos contratuais são mitigados pelos mecanismos ordinários previstos na legislação e no instrumento contratual, tais como aplicação de sanções administrativas, recusa do objeto em caso de desconformidade, exigência de regularidade fiscal e técnica do fornecedor e responsabilização do contratado por vícios ou defeitos do produto.

6.15 Nesse contexto, a exigência de garantia poderia representar custo adicional aos licitantes, com potencial reflexo no aumento do preço das propostas, sem ganho proporcional de segurança para a Administração. Assim, à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, conclui-se pela não exigência de garantia da contratação, considerando-se que os riscos associados ao objeto são reduzidos e adequadamente mitigáveis pelos instrumentos contratuais e legais já previstos.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Com base nas Estimativas de Obtenção (EO), constantes no Documento de Formalização de Demanda (DFD), optou-se por realizar a presente licitação na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, utilizando o SRP, para adquirir materiais e equipamentos de saúde, nas quantidades e especificações constantes nos Adendos A e B deste Estudo.

7.2. Para assegurar a eficiência e a adequação da forma de combinação destes parâmetros, este Estudo propõe-se a integrar os critérios técnicos, com base nas características específicas do objeto, com o modo de disputa do pregão eletrônico. Dessa forma, busca-se conciliar a melhor qualidade dos itens com a obtenção dos preços mais vantajosos, considerando o ciclo de vida do objeto e as necessidades da Administração Pública.

Fundamentação das Exigências de Qualificação Técnica e Econômico-Financeira

7.3 Considerando a natureza do objeto da contratação, que envolverá o fornecimento de equipamentos e insumos de saúde destinados ao Sistema de Saúde da Marinha, serão estabelecidas no Termo de Referência exigências de qualificação técnica e econômico-financeira com a finalidade de assegurar que os futuros contratados possuam capacidade regulatória, operacional e financeira para fornecer produtos que atendam às normas sanitárias, aos padrões de qualidade e às condições de segurança exigidas para utilização em ambiente assistencial.

7.4 No que se refere à qualificação técnica, será exigida a comprovação de regularidade junto aos órgãos reguladores competentes, especialmente quanto ao registro ou autorização perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo, quando aplicável, Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), registro do produto, Declaração do Detentor de Registro (DDR) e demais requisitos previstos na legislação sanitária. Tais exigências serão adotadas com o objetivo de garantir que os produtos fornecidos estejam devidamente regularizados no sistema de vigilância sanitária, em conformidade com a Lei nº 6.360/1976 e normas correlatas, assegurando padrões adequados de qualidade, segurança e rastreabilidade.

7.5 Adicionalmente, quando aplicável à natureza da atividade do fornecedor, será exigida a comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em atendimento à Lei nº 6.938 /1981, de modo a garantir conformidade com a legislação ambiental vigente.

7.6 Quanto à qualificação econômico-financeira, será prevista a apresentação de certidão negativa de falência ou insolvência e de demonstrações contábeis que permitam aferir índices mínimos de liquidez e solvência, com o objetivo de verificar a capacidade econômico-financeira das empresas para assumir e cumprir as obrigações contratuais, reduzindo riscos de inadimplemento e assegurando a continuidade do fornecimento. Nos casos em que os índices estabelecidos não forem atendidos, poderá ser exigida a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo compatível com o valor estimado da contratação.

7.7 Dessa forma, as exigências de habilitação a serem definidas no Termo de Referência buscarão garantir que os fornecedores participantes possuam condições técnicas, regulatórias e financeiras adequadas para atender às necessidades da Administração, preservando a segurança sanitária, a confiabilidade do fornecimento e a adequada execução contratual, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

Regime de fornecimento

7.8 O regime de fornecimento adotado para a presente contratação será o de fornecimento parcelado, mediante Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza dos bens e da necessidade de atendimento contínuo às Organizações de Saúde da Marinha distribuídas em diferentes unidades da federação.

7.9 Tal modelo permite que a Administração adquira os equipamentos conforme a necessidade efetiva das unidades demandantes, evitando aquisições antecipadas que possam gerar ociosidade de bens ou imobilização desnecessária de recursos públicos. Ademais, o regime parcelado favorece a economia de escala, na medida em que consolida demandas de diferentes Organizações Militares em um único processo licitatório, ampliando a competitividade e potencializando a obtenção de melhores condições comerciais para a Administração.

Condições de execução, pagamento, garantias e recebimento

7.10 As condições de execução contratual consideram as características técnicas dos equipamentos permanentes de saúde, bem como as exigências regulatórias aplicáveis ao setor, especialmente aquelas relacionadas às normas sanitárias e à rastreabilidade de equipamentos médicos.

7.11 O pagamento será realizado após o **recebimento definitivo do objeto**, condicionado à verificação da conformidade dos bens fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, em observância ao disposto na **Lei nº 14.133/2021** e às práticas de controle da Administração Pública.

7.12 Quanto às garantias, serão exigidas garantias mínimas de funcionamento e suporte técnico compatíveis com a natureza dos equipamentos, tendo em vista que tais bens possuem caráter essencial para a continuidade das atividades assistenciais do Sistema de Saúde da Marinha. O recebimento ocorrerá em duas etapas, **provisório e definitivo**, permitindo a verificação da integridade, conformidade e funcionamento adequado dos equipamentos fornecidos.

Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado

7.13 Em atendimento ao disposto no **art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, buscou-se estruturar a contratação com condições de aquisição compatíveis com as práticas usuais do mercado, especialmente quanto aos prazos de entrega, prazos de pagamento, exigências de garantia e condições de assistência técnica.

7.14 A adoção dessas condições visa garantir maior competitividade ao certame, ampliar a participação de fornecedores qualificados e evitar a imposição de obrigações desproporcionais que possam restringir a competição ou elevar indevidamente os preços ofertados à Administração.

Modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa

7.15 Considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência, a modalidade de licitação mais adequada é o pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

7.16 O critério de julgamento adotado será o menor preço, por item ou grupo, conforme definido no Termo de Referência, tendo em vista que o objeto possui características padronizadas e comparáveis entre os fornecedores, sendo possível a seleção da proposta mais vantajosa por meio da disputa baseada no preço.

7.17 O modo de disputa adotado será o aberto e fechado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, combinando uma etapa inicial de apresentação de lances sucessivos e públicos entre os licitantes com uma etapa final de apresentação de lance fechado pelos licitantes mais bem classificados. Tal sistemática busca ampliar a competitividade e, ao mesmo tempo, estimular a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração, reduzindo práticas de acomodação de preços e favorecendo a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública.

7.18 A combinação entre modalidade, critério de julgamento e modo de disputa mostra-se adequada à natureza do objeto, promovendo maior transparência, competitividade e eficiência na contratação, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Método e Memória de Cálculo para a estimativa das quantidades a serem contratadas

8.1 Inicialmente, destaca-se que os quantitativos constantes do processo foram estimados e informados pelas Organizações Militares (OM) participantes, as quais realizaram o levantamento de suas necessidades a partir da análise de suas demandas operacionais. Dessa forma, os quantitativos consolidados correspondem ao somatório das demandas encaminhadas pelas OM participantes, conforme registros constantes nos autos.

No que se refere especificamente ao incremento aproximado de 40% verificado em relação à última aquisição, esclarece-se que tal acréscimo está restrito aos quantitativos destinados à Diretoria de Saúde da Marinha (DSM).

A DSM atua como órgão técnico responsável pelo apoio e coordenação do Sistema de Saúde da Marinha, devendo garantir suporte não apenas às demandas ordinárias previamente planejadas, mas também a situações supervenientes e imprevisíveis que podem surgir no âmbito da assistência à saúde. Nesse contexto, compete à Diretoria assegurar capacidade de atendimento a demandas decorrentes, entre outras situações, de:

- a) substituição emergencial de materiais ou equipamentos em Organizações Militares hospitalares, com facilidades médicas e batalhões de fuzileiros navais;
- b) atendimento a demandas inopinadas, decorrentes de necessidades operacionais não previamente planejadas e apoio humanitário;
- c) fornecimento de material necessário à elevação do nível de complexidade de Organizações Militares existentes, com consequente ampliação da demanda assistencial;
- d) fornecimento de material necessário para apoiar a criação de novas Organizações Militares hospitalares ou operativas com setor de saúde, que demandam estruturação logística inicial.

Cumpra ainda destacar que a DSM é responsável por prover material de saúde aos meios operativos da Marinha do Brasil, os quais integram uma frota naval composta por mais de 100 navios, incluindo fragatas, submarinos e navios de patrulha. Tal atribuição amplia a complexidade logística e assistencial sob responsabilidade da Diretoria, uma vez que demanda a manutenção de capacidade permanente de suprimento para atender às necessidades de saúde das tripulações embarcadas, inclusive em operações e missões de caráter prolongado ou emergencial.

Adicionalmente, o dimensionamento dos quantitativos considerou a necessidade de manutenção de margem de segurança operacional, especialmente no âmbito do sistema de saúde, a fim de garantir adequada capacidade de resposta diante de eventuais surtos epidemiológicos, epidemias ou outras emergências sanitárias, circunstâncias que podem ocasionar aumento súbito e significativo da demanda por insumos e materiais.

Assim, o quantitativo estimado destinado à DSM foi estabelecido de modo a assegurar capacidade de pronta resposta logística e assistencial, compatível com as atribuições institucionais do órgão e com a necessidade de garantir a continuidade e a eficiência da assistência à saúde no âmbito da Marinha do Brasil.

Cumpra esclarecer, ainda, que parte das demandas consideradas na estimativa dos quantitativos foi originalmente planejada no exercício de 2024 para serem atendidas em 2025, tendo sido formalmente levantada pelas Organizações Militares participantes naquele período. Entretanto, em razão de limitações administrativas, tais demandas não puderam ser plenamente atendidas à época, permanecendo reprimidas até o presente momento.

Nesse contexto, o dimensionamento dos quantitativos para a presente contratação contemplou não apenas a expectativa de consumo anual projetada, mas também a necessidade de atendimento dessas demandas previamente identificadas e ainda pendentes de suprimento, de modo a restabelecer condições adequadas de funcionamento das unidades atendidas. Dessa forma, o quantitativo consolidado busca a regularização de demandas acumuladas.

Por fim, destaca-se que, tratando-se de contratação estruturada por meio do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos registrados representam limites máximos estimados de contratação. As aquisições serão realizadas de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade, ao longo da vigência da ata de registro de preços, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, entende-se que os quantitativos apresentados refletem estimativa razoável e compatível com as necessidades operacionais das Organizações Militares participantes e com as atribuições institucionais da Diretoria de Saúde da Marinha, estando alinhados com a expectativa de consumo e com a necessidade de assegurar adequada capacidade de resposta logística e assistencial.

8.2. Convém mencionar que apesar de possuírem vida útil prolongada, evidencia-se no cenário prático, o desgaste destes materiais pelo seu uso contínuo diuturnamente, o que impacta diretamente sua produtividade e vida útil. Portanto, é necessário se antever às necessidades de substituição e/ou modernização, ao reconhecer a vulnerabilidade do setor de saúde e sua imprevisibilidades.

8.3. Por entender que os itens a serem licitados, independentemente da complexidade técnica envolvida, possuem padrões usuais de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, podendo-se definir claramente as características do objeto no edital, permitindo a comparação objetiva entre as propostas dos licitantes, entende-se que os equipamentos e materiais que constituem o objeto deste ETP são considerados bens comuns.

Quantidades Estimadas a serem Contratadas

8.6. O detalhamento das quantidades estimadas dos materiais/ equipamentos a serem adquiridos, assim como a sua distribuição por OMH/ OMFM, encontram-se registrados no Adendo A e, complementarmente, no Adendo F deste Estudo.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.694.453,50

ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. A estimativa de preços foi realizada em consonância com o art.23 da Lei 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES nº 65 /2021, que dispõe sobre diretrizes sobre o processo administrativo para a realização de pesquisas de preços nas aquisições de bens e contratações de serviços. Para tanto, foram observadas as seguintes fontes de dados, em conformidade com os seguintes incisos do art. 5º da mencionada IN:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; e

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.

9.2. Os demais detalhes a respeito do procedimento e dos parâmetros utilizados na pesquisa de preços, que subsidiou este Estudo e que culminou na identificação dos valores estimados da contratação, constam no Relatório da Pesquisa de Preços (Adendo C).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas em relação ao objeto pretendido.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Nos termos do inc. VII, art. 9º da IN SEGES 58/2022, concomitante à alínea "b", inc. V, art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento da contratação deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade, evitar a concentração de mercado e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores especializados.

11.2. No caso do presente registro de preços de equipamentos hospitalares, a análise técnica demonstrou que os itens possuem funcionalidades distintas, podendo ser adquiridos de forma autônoma e independente. Dessa forma, a adoção do parcelamento contribui para uma seleção mais eficiente dos fornecedores, com possibilidade de obtenção de melhores condições comerciais e redução dos riscos contratuais decorrentes da dependência de um único fornecedor. Além disso, o parcelamento permite que microempresas e empresas de pequeno porte participem da licitação, alinhando-se aos princípios da economicidade, vantajosidade e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

11.3. A licitação decorrente deste ETP será realizada por item. Sendo assim, foi adotado o parcelamento da solução, uma vez que, sendo o objeto divisível, verificou-se para o presente caso não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação pretendida está alinhada com o Planejamento Estratégico da Marinha (PEM-2040), das Organizações Militares participantes e em conformidade com as diretrizes propostas pela Diretoria de Saúde da Marinha.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A presente contratação visa assegurar a disponibilidade contínua de equipamentos e materiais permanentes de saúde necessários ao adequado funcionamento das Organizações Militares Hospitalares (OMH), das Organizações Militares com Facilidades Médicas (OMFM) e dos meios operativos apoiados pelo Sistema de Saúde da Marinha. A opção pela aquisição dos equipamentos, em detrimento da locação, mostra-se mais adequada às características do objeto, uma vez que se tratam de bens permanentes, de uso contínuo e indispensáveis à execução das atividades assistenciais e operativas dessas organizações, cuja indisponibilidade poderia comprometer a continuidade do atendimento médico aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha.

13.2. Sob o aspecto da economicidade, a aquisição revela-se mais vantajosa ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, pois evita a geração de despesas recorrentes inerentes aos contratos de locação e possibilita à Administração o pleno aproveitamento dos bens durante toda a sua vida útil. Além disso, a posse dos equipamentos permite maior autonomia administrativa na gestão, manutenção e emprego dos recursos materiais, reduzindo riscos operacionais decorrentes de eventuais limitações contratuais típicas de modelos de locação.

13.3. A solução pela aquisição também contribui para a padronização dos equipamentos utilizados no Sistema de Saúde da Marinha, favorecendo a racionalização dos processos logísticos de suprimento, manutenção e reposição de peças, bem como a capacitação técnica dos recursos humanos responsáveis por sua operação. Dessa forma, promove-se melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, com ganhos de eficiência administrativa e operacional, além de fortalecer a capacidade de apoio médico às atividades institucionais da Marinha do Brasil.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto da presente contratação. Ademais, informa-se que não há providências prévias a serem adotadas pela Administração, tendo em vista que os equipamentos objeto da contratação já fazem parte do uso regular das unidades de saúde da Marinha do Brasil, sendo amplamente conhecidos e utilizados pelas Organizações Militares Hospitalares (OMH) e Organizações Militares com Facilidades Médicas (OMFM), não havendo necessidade de capacitação adicional ou adaptações estruturais para sua utilização, gestão ou fiscalização contratual.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

15.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial. A Contratada, além de observar as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU), deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme o caso:

15.1.1. A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, sempre que aplicável:

15.1.1.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

15.1.1.2. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15.2. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

15.3. A proponente deverá observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009.

15.4 A referida aquisição encontra-se alinhado ao Plano Diretor de Logística Sustentável (2025-2027) nas seguintes diretrizes estratégicas (disponível em https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/PLANO_DIRETOR_LOGISTICA_SUSTENTAVEL_2025-2027.pdf):

a) PD 6 - Priorizar a aquisição de bens, a execução de obras, a contratação de serviços e de investimentos sustentáveis, e que apresentem menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida, sempre que técnica e economicamente viável; e

b) PD 26 - Incluir, nas licitações e outros processos de aquisição, a exigência aos licitados dos documentos atinentes à área ambiental, e o cumprimento das orientações do Guia de Licitações Sustentáveis da AGU.

16. Adendos

16.1. Adendo A - Estimativas de obtenção por Organizações Militares;

16.2. Adendo B - Requisitos Necessários ao Atendimento da Demanda;

16.3. Adendo C - Nota Técnica da Pesquisa de Preços;

16.4. Adendo D - Mapa Comparativo de Preços;

16.5. Adendo E - Soluções de Mercado;

16.6. Adendo F - Endereços de Entrega dos Itens por Estado; e

16.7. Adendo G - Nota explicativa sobre a organização do SAbM.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCOS FELIPE MARQUES PINHEIRO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 09:53:07.

PATRICIA APARECIDA TAVARES MENDES

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 09:24:51.

LEONARDO IRAN ACEVEDO PIRES

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 09:24:52.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação **mostra-se viável e adequada ao atendimento da necessidade administrativa**, tendo sido verificada a existência de oferta regular no mercado capaz de atender às especificações técnicas dos equipamentos pretendidos, bem como a compatibilidade da solução com as práticas usuais de fornecimento adotadas pela Administração Pública.

Adicionalmente, constatou-se que a solução proposta — aquisição de equipamentos permanentes de saúde — apresenta-se tecnicamente adequada e economicamente justificável, considerando o uso contínuo desses bens pelas Organizações Militares Hospitalares (OMH) e Organizações Militares com Facilidades Médicas (OMFM), bem como a necessidade de garantir a continuidade das atividades assistenciais e operativas do Sistema de Saúde da Marinha.

Também foram observados os aspectos relacionados à economicidade, padronização de equipamentos, racionalização da cadeia logística e otimização do emprego dos recursos humanos, materiais e financeiros da Administração. Dessa forma, não foram identificados óbices técnicos, operacionais ou mercadológicos ao prosseguimento da contratação, restando demonstrada a adequação da solução proposta para atendimento da demanda institucional.